



## OCUPAÇÕES PRECÁRIAS E DIREITO À CIDADE: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA “AGROVILA” CALÚCIA EM CASTANHAL/PA

Kelly Virginia Santos do Vale <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda a produção do espaço urbano na “agrovila” Calúcia e o papel que esta localidade desempenha no processo de dispersão das ocupações precárias na cidade de Castanhal/PA. O trabalho tem como objetivo analisar a expansão e a estruturação do espaço urbano na “agrovila” Calúcia e o seu papel no âmbito da dispersão urbana de Castanhal. Para tanto, utiliza-se da reflexão teórica de Carlos (2007) sobre a produção do espaço urbano, por entender que este representa um caminho para o entendimento das problemáticas urbanas contemporâneas, bem como o conceito de direito à cidade de Lefebvre (2015) dada a potência que este conceito expressa frente a interpretação das desigualdades engendradas pela produção capitalista do espaço e, especialmente pelo questionamento da propriedade privada. Outras discussões que subsidiaram o desenvolvimento do trabalho referem-se aos agentes modeladores envolvidos na produção do espaço de Corrêa (1989), com vista a identificar os agentes que produzem a cidade de Castanhal e seus espaços dispersos; além dos conceitos de dispersão urbana trabalhado por Sposito (2004) e Catalão (2015). Os procedimentos metodológicos realizados consistiram em revisão bibliográfica; levantamento documental; abordagem exploratória da área de estudo, coleta de dados por meio da observação dirigida; realização de entrevistas semiestruturadas com moradores da Calúcia e com gestores públicos. Mediante a análise dos dados, verificou que este espaço tem evidenciado a lógica da dispersão urbana, servindo de moradia para grupos sociais precariamente incluídos, aos quais foi negado o direito à cidade. Todavia, as condições de moradia nestes espaços são permeadas pela precariedade.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano, Ocupações Precária, Direito à Cidade, Castanhal.

### RESUMEN

Este artículo analiza la producción de espacio urbano en “agrovila” Calúcia y el papel que juega esta ubicación en el proceso de dispersión de ocupaciones precarias en la ciudad de Castanhal / PA. El trabajo tiene como objetivo analizar la expansión y estructuración del espacio urbano en la “agrovila” Calúcia y su papel en el ámbito de la dispersión urbana en Castanhal. Por tanto, utiliza la reflexión teórica de Carlos (2007) sobre la producción del espacio urbano, pues se entiende que éste representa una forma de entender la problemática urbana contemporánea, así como el concepto de derecho a la ciudad de Lefebvre (2015). poder que este concepto expresa frente a la interpretación de las desigualdades engendradas por la producción capitalista del espacio y, especialmente, por el cuestionamiento de la propiedad privada. Otras discusiones que apoyaron el desarrollo del trabajo se refieren a los agentes modeladores involucrados en la producción del espacio de Corrêa (1989), con miras a identificar los agentes que producen la ciudad de Castanhal y sus espacios dispersos; además de los conceptos de dispersión urbana trabajados por Sposito (2004) y Catalão (2015). Los procedimientos metodológicos realizados consistieron en una revisión de la literatura; estudio documental; aproximación exploratoria al

<sup>1</sup> Mestranda no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará - PA, [kelly.vale@aluno.uepa.br](mailto:kelly.vale@aluno.uepa.br) ;



área de estudo, recolección de datos mediante observación guiada; Realización de entrevistas semiestructuradas con residentes de Calúcia y gestores públicos. A través del análisis de datos, se verificó que este espacio ha mostrado la lógica de la dispersión urbana, sirviendo de vivienda a grupos sociales precariamente incluidos, a quienes se les negó el derecho a la ciudad. Sin embargo, las condiciones de vivienda en estos espacios están impregnadas de precariedad.

**Palabras clave:** Espacio Urbano, Ocupaciones Precarias, Derecho a la Ciudad, Castanhal.

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano, entendido enquanto condição, meio e produto das relações sociais, tem como base de sua produção o próprio movimento de reprodução da sociedade (CARLOS, 2007). De acordo com Corrêa (2017), este processo de produção do espaço urbano é movido por agentes sociais concretos que produzem e consomem os espaços das cidades mediante interesses e estratégias próprias, são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

As práticas espaciais destes agentes dão origem à lógicas distintas de produção e organização do espaço urbano, as quais variam desde aquelas relativas a agentes interessados diretamente na acumulação de capital até as práticas inerentes aos agentes que tem como principal objetivo garantir às condições básicas para a sua sobrevivência, como ocorre com os grupos sociais precariamente incluídos na busca por moradia.

Para Corrêa (1989), este grupo é constituído pelas pessoas que não possuem condições financeiras de pagar por uma habitação de qualidade, restando a estes sujeitos a moradia em: cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo Estado e as favelas. Entratanto, é a partir da produção deste último tipo de moradia que este grupo participa efetivamente enquanto agentes modeladores do espaço, mediante o processo de ocupação de terras, públicas ou privadas, e dos mecanismos de autoconstrução. A produção destes espaços representa uma forma de resistência e até mesmo estratégia de sobrevivência destes agentes, pois, o objetivo principal dessas ações é solucionar a carência habitacional deste grupo social.

Assim como nas proposições do autor supracitado, a produção das ocupações ocorre por meio da atuação dos grupos sociais precariamente incluídos, que, em vista da impossibilidade de acesso à habitação pelos meios formais, passam desenvolver a



prática da ocupação de terras sejam elas privadas ou públicas e pelos mecanismos da autoconstrução.

Os elementos mais marcantes deste tipo de assentamento, conforme Pinheiro et al. (2016), são: a irregularidades fundiárias; ocupação do solo urbano em regime precário; as terras ocupadas são espacialmente menos acessíveis; as condições de infraestrutura e de moradia são precárias e a pobreza. Nesta pesquisa, para efeito de análise, estes espaços serão denominados como ocupações precárias. O emprego do adjetivo precário à terminologia tem como finalidade denotar a associação mais direta com a concepção de assentamento precário, e por entender que este termo expressa um dos elementos mais marcantes desses espaços, lugares específicos “de dramas sociais, de problemas e vicissitudes humanas” (CHAVEIRO E ANJOS, 2007, p. 183).

De acordo com Pinheiro et al. (2016), a produção das ocupações também tem ocorrido em áreas que ultrapassam os limites urbanos oficiais, em espaços dispersos da cidade, situados nas zonas rurais dos municípios o que tem reforçado as problemáticas já existentes nesse tipo de assentamento.

A respeito do caráter disperso apresentado por este tipo de ocupação, cabe aqui fazer algumas ressalvas. Primeiramente, sobre o próprio conceito de dispersão urbana. Em linhas gerais, a dispersão urbana corresponde a expansão horizontalizada, espalhada, e não compacta do tecido urbano. Refere-se a extensão da configuração do tecido urbano, formados por núcleos urbanos dispersos e territorialmente descontínuos do conjunto urbano principal (NASCIMENTO JR., 2017). Esta ruptura no tecido urbano somente é possível, como explica Sposito (2004), porque a continuidade espacial é intensificada através da ampliação das infraestruturas de circulação e comunicação e pela difusão dos equipamentos que possibilitam o deslocamento e os contatos.

Diante do contexto de precarização do espaço inerente as ocupações, os conceitos de justiça espacial e direito à cidade expressam a sua potencialidade, pois, para além da minimização das desigualdades socioespaciais existentes (ALVES, 2016), admitir o uso destes conceitos significa advogar pela apropriação das riquezas socialmente produzidas na cidade (LEFEBVRE, 2015). Na presente pesquisa, considera-se que o direito à cidade e a justiça espacial tem como fundamento a busca pela transformação da realidade da cidade, visa a melhor distribuição e acessibilidade dos serviços e equipamentos urbanos, da cultura, da educação, assim como o direito à mobilidade urbana ao lazer e a centralidade. É no âmbito desta perspectiva de



pensament que se promove a presente pesquisa, a qual se realiza mediante a investigação empírica sobre a cidade e Castanhal.

O município de Castanhal tem apresentado significativo crescimento populacional e de seu espaço urbano nas últimas décadas, alcançando um aumento de 145,9% entre os anos de 1984 a 2016, em seu espaço urbano (RIBEIRO, 2017). Esta expansão de Castanhal ocorre a partir da ampliação, principalmente, de sua periferia, mediante a criação de áreas de moradia, onde se destaca a atuação dos seguintes agentes: o Estado mediante a produção de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; os promotores imobiliários que atuam na promoção de condomínios fechados, loteamentos privados entre outros; e os grupos sociais precariamente incluídos, dando origem às ocupações precárias.

A produção das bordas da cidade que, anteriormente, tinha como principal agente os grupos sociais precariamente incluídos<sup>2</sup>, nos últimos dez anos, passou a contar com o protagonismo dos promotores imobiliários privados e do Estado, de modo que, não foram registradas novas ocupações nesta área durante o referido intervalo de tempo (CARRERA et al., 2019). Todavia, esta condição não faz referência ao desaparecimento da atuação dos grupos sociais precariamente incluídos em Castanhal, mas indica a parcialidade da expansão urbana contígua na composição da produção total do espaço urbano desta cidade, a qual somente pode ser concebida ao se considerar outra modalidade – a expansão urbana dispersa. Deste modo, devido à dificuldade de se reproduzirem na cidade, as ocupações precárias têm se materializado em espaços distantes e descontínuos à malha urbana principal, localizados na zona rural.

No caso de Castanhal, algumas agrovilas desempenham papel de grande relevância nesse contexto da expansão urbana dispersa, seja por meio da sua atuação enquanto fornecedoras de comércio e serviços para ocupações próximas seja através de sua, cada vez maior, própria conversão em espaço urbano precário e disperso.

Sob esta perspectiva buscou-se a análise da produção do espaço urbano da “Agrovila” Calúcia, lócus desta pesquisa, que está localizada a nordeste da cidade de Castanhal, no eixo da PA-320, espaço oficialmente reconhecido como zona rural do município.

---

<sup>2</sup> Terminologia baseada na definição de Corrêa (1989) sobre os grupos sociais excluídos e da noção de inclusão precária de Martins (1997).



O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a expansão e a estruturação do espaço urbano na “agrovila” Calúcia e o seu papel no âmbito da dispersão urbana de Castanhal. De modo mais específico, os objetivos deste trabalho estão delimitados da seguinte forma: reconhecer as principais características socioespaciais da “Agrovila” Calúcia, a natureza da expansão do espaço produzido; entender o papel desempenhado pela Calúcia com relação às novas áreas de ocupações precárias próximas.

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se pela necessidade de contribuir com o avanço dos estudos geográficos sobre a produção do espaço urbano na cidade de Castanhal, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da lógica da dispersão urbana nesta cidade, realidade que carece de maiores investigações. Nesse sentido, essa pesquisa tem como principal contribuição a visibilização dos dramas vividos por aqueles que, habitando em espaços dispersos, permanecem precariamente incluídos na cidade. Reconhecer a existência destes espaços é um primeiro passo em direção a isto, visto que, com a dispersão, a produção das ocupações precárias não está à vista da maioria, tornando estes sujeitos invisíveis à vida na cidade. Dar visibilidade a estes grupos, assim como aos seus problemas e demandas, são alguns dos caminhos a serem trilhados na busca pela mudança social positiva destes espaços.

A produção deste trabalho é fruto de um recorte do trabalho de conclusão de curso desenvolvido pela autora no ano de 2021. Portanto, os procedimentos metodológicos utilizados fazem parte da metodologia aplicada na pesquisa anterior, quais foram organizados em duas fases.

A primeira fase contou com: a pesquisa bibliográfica, por meio da qual buscou-se promover a fundamentação teórica sobre os principais conceitos e discussões pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, dentre eles os conceitos de produção do espaço urbano; dispersão urbana; ocupações precárias e direito à cidade. Levantamento documental, voltado a coleta de dados sobre Castanhal e a Calúcia, no qual utilizou-se documentos disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal (PMC, 2018) e consultas ao acervo de documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Castanhal. Trabalhos de campo exploratórios, dedicados ao reconhecimento da área de estudo e a coleta de dados por meio da observação dirigida e levantamentos fotográficos da área de estudo.

A segunda fase dedicou-se à coleta de dados em campo constituída por dois conjuntos de entrevistas realizadas em momentos diferentes da pesquisa. No primeiro



momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 24 moradores da Calúcia em abril de 2019. O roteiro de entrevista semiestruturadas destinada à identificação do perfil socioeconômico dos moradores, assim como à percepção destes acerca das características socioespaciais da “agrovila”, sua relação com a cidade e as ocupações próximas. O segundo conjunto de entrevistas semiestruturadas foi realizada com 9 comerciantes da Calúcia em novembro de 2020. Esta contou com um roteiro de entrevista semiestruturada que visou identificar o tipo de comércio desenvolvido na Calúcia e a percepção dos comerciantes quanto a agrovila e as ocupações próximas. As entrevistas foram gravadas e transcritas para facilitar a análise.

O presente texto está organizado em duas partes, para além desta seção introdutória e das considerações finais. A primeira trata da produção do espaço contíguo e da dispersão urbana em Castanhal, com ênfase para o papel desempenhado pela Calúcia neste processo. Na segunda parte, aborda-se, a produção precária do espaço urbano na Calúcia, com ênfase para a questão da moradia e a relação da agrovila com as ocupações próximas, além disso, nessa seção busca-se apontar a relevância do direito à cidade como possibilidade de transformação da realidade.

## **SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONTÍGUO E A DISPERSÃO URBANA EM CASTANHAL**

A partir desta seção serão discutidos os elementos empíricos que subsidiam a análise sobre a Calúcia, considerando, a priori, a condição de dispersão desta localidade em relação a produção contígua da cidade de Castanhal.

A cidade de Castanhal, localizada no Nordeste Paraense, é uma das principais cidades do estado do Pará e expressa importante papel na rede urbana regional. Este centro tem experimentado uma situação espacial favorável desde o período instalação da Estrada de Ferro de Bragança – EFB (1883-1908), proveniente da política de colonização desenvolvida pelo Estado para a denominada região bragantina (ÉGLER, 1961). Com a extinção da via férrea e sua substituição pelas rodovias, em 1965, Castanhal se beneficia da interligação proporcionada pelo sistema viário e reforça sua situação espacial. O que proporcionou significativo avanço em seu processo de desenvolvimento, vindo a tornar-se um importante entroncamento rodoviário na região, fator que possibilitou maior dinamização e modernização da cidade (RIBEIRO, 2017).



No estudo “Divisão Urbano Regional” (IBGE, 2013), que define os contornos das áreas de influência das cidades a partir do estabelecimento das Regiões Imediatas de Articulação Urbana, Castanhal é apresentada como uma cidade que mantém área de influência sobre 15 cidades, porém, nenhuma delas a oeste de sua localização, ou seja, entre Castanhal e Belém, evidenciando as adaptações constituídas pela situação espacial de proximidade com a metrópole. Reconhecendo a condição de destaque desta cidade no cenário regional, no estudo “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017) Castanhal é identificada como a principal articuladora de uma região imediata e de uma região intermediária, que recebem o nome da cidade.

Em sua tese, Riberio (2017) aponta que Castanhal expressa notável particularidade no âmbito da rede urbana regional, pois, ao mesmo tempo que a cidade apresenta uma centralidade própria, também possui proximidade física e relacional com a metrópole de Belém, fator esse que não anula sua centralidade, pelo contrário, atua como elemento de reforço à qualidade e ao adensamento dos serviços ofertados por Castanhal. O reconhecimento desta complexidade levou o autor supracitado a identificá-la enquanto uma cidade média de entorno metropolitano.

Reiterando tais conclusões, o estudo Regiões de Influência das cidades – REGIC 2018 (IBGE, 2020) classifica Castanhal como Capital Regional C, condição que reafirma a imbricação dos papéis de cidade média e a imersão desta cidade em contexto regional mais amplo, que, segundo Ribeiro (2020), refere-se ao processo de urbanização regional policêntrica. Deste modo, o autor considera que Castanhal compõe o entorno metropolitano de uma complexa forma urbano-regional: a cidade-região de Belém.

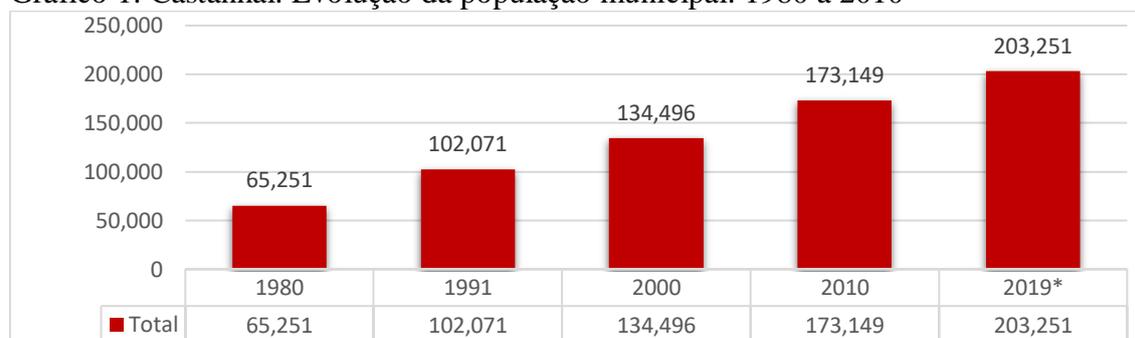
Acompanhando o processo de dinamização da economia da cidade e sua projeção no cenário regional, Castanhal passou por um importante crescimento de sua população. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980, o município contava com 65.251 habitantes, já no censo de 2010 alcançou o quantitativo de 173.149 habitantes (IBGE, 1980, 2010), como mostra o gráfico 1.

Deve-se destacar que, da população total verificada no último censo, 88,6% dos habitantes residiam na área urbana do município, enquanto apenas 11,4% moravam na zona rural, assinalando a expressiva responsabilidade da cidade em relação à população municipal. Acompanhando este incremento, Castanhal também passou por significativa expansão de sua malha urbana nas últimas décadas, evidenciando aumento de 145,9%



entre os anos de 1984 a 2016, em seu espaço urbano (RIBEIRO, 2017). Tal crescimento ocorre, em grande parte, por meio da ampliação das áreas periféricas da cidade, seguindo os eixos de circulação da BR-316 a sudeste da cidade, da PA-320 no sentido nordeste e da Rodovia Transcastanhal a noroeste.

Gráfico 1: Castanhal. Evolução da população municipal. 1980 a 2010



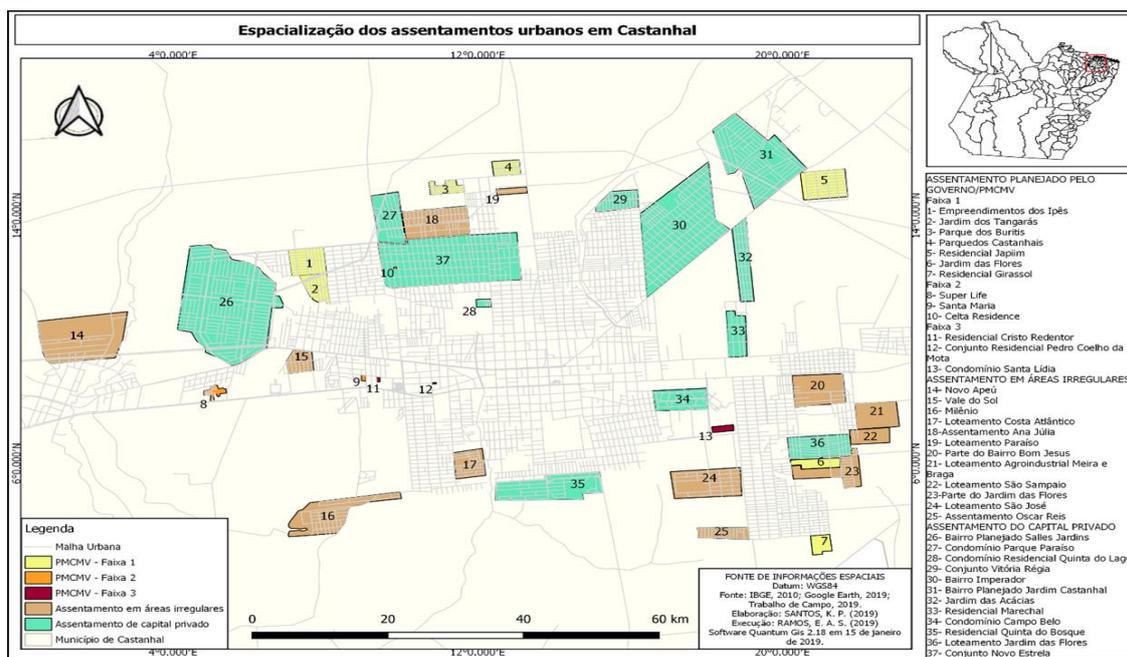
Fonte: IBGE (1980, 1991, 2000, 2010, 2019)

\*Observação: O contingente populacional apresentado no gráfico 1 para o ano de 2019, refere-se aos dados de população estimada do IBGE (2019).

Todavia, este movimento de produção do espaço se refere somente a uma modalidade da expansão urbana de Castanhal, expansão contígua, que, embora anteriormente tenha tido os grupos sociais precariamente incluídos como um de seus principais agentes impulsionadores, nos últimos dez anos, tem contado com o protagonismo de dois agentes da produção do espaço urbano: os promotores imobiliários privados e o Estado. A espacialização dos assentamentos urbanos produzidos recentemente em Castanhal, foi estudada por Santos (2019) e pode ser observada na figura 1.

A partir dos estudos de Santos (2019), é possível identificar que a expansão urbana de Castanhal tem se dado mediante a ampliação dos assentamentos urbanos nas áreas periféricas da cidade, com destaque para o numeroso quantitativo de empreendimentos ligados ao Programa Minha Casa, Minha Vida (especialmente os conjuntos habitacionais da faixa 1) e a atuação promotores imobiliários privados, envolvidos na produção de loteamentos e condomínios fechados de médio e alto padrão.

FIGURA 1: Castanhal. Espacialização dos assentamentos urbanos. 2019



Fonte: Santos (2019)

De acordo com Carrera et al. (2019), o poder público municipal de Castanhal alega que nos últimos dez anos, não surgiram novas ocupações na cidade, sustentando a premissa de que os conjuntos habitacionais do PMCMV teriam “solucionado” os problemas habitacionais da população local. Entretanto, este posicionamento indica uma visão parcial da problemática habitacional de Castanhal, uma vez que, as ocupações precárias continuaram a ser produzidas, só que agora em espaços descontínuas à malha urbana, devido ao preenchimento dos espaços periféricos da cidade pelos promotores imobiliários públicos e privados, bem como pela forte especulação imobiliária responsável pela elevação dos preços da terra urbana.

Nesse sentido, as ocupações precárias não têm mais nas áreas periféricas da cidade o seu principal espaço reprodução. Ao invés disso passaram a se materializar em espaços distantes e dispersos da malha urbana principal, localizados nas áreas oficialmente reconhecidas como zona rural do município.

Para Catalão (2015), a dispersão urbana forma espaços vazios e rompe a continuidade do território, expressando o fracionamento da cidade. Tal condição somente é possível, como afirma Sposito (2004), porque a continuidade espacial é intensificada através da ampliação da infraestrutura de circulação e comunicação e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos.



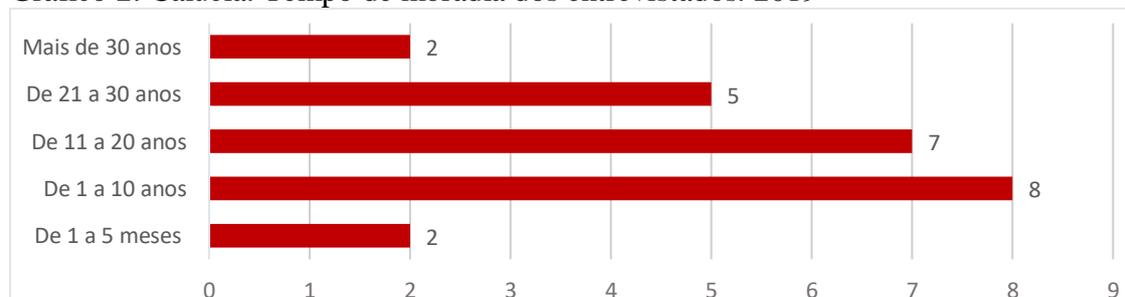
Em Castanhal algumas agrovilas desempenham papel de grande relevância nesse contexto da expansão urbana dispersa, seja por meio da sua atuação enquanto fornecedoras de comércio e serviços para ocupações instaladas em suas proximidades, seja através de sua, cada vez maior, própria conversão em espaço urbano precário e disperso, tal qual se verificou na Calúcia (VALE; RIBEIRO, 2021).

A agrovila Calúcia, lócus desta pesquisa, está localizada às margens da PA-320, setor nordeste de Castanhal, em uma área descontínua à cidade, oficialmente reconhecida como zona rural. Em suas proximidades encontram-se pelos menos quatro ocupações: Nova Esperança, Novo Tempo, 15 de maio e José de Alencar, identificadas no Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal de 2018 (PMC, 2018) como comunidades pertencentes à zona rural do município.

De acordo com os dados levantados durante as pesquisas de campo, a produção do espaço recente na Calúcia tem como principais impulsionadores sujeitos oriundos da cidade de Castanhal e de outros municípios, os quais, em sua maioria, não conseguiram pagar pela habitação na cidade (casa própria, aluguel de imóvel etc.), e portanto, buscam na agrovila a possibilidade de acesso à habitação ou de terrenos em que possam produzir suas casas por meio da autoconstrução.

O tempo de moradia dos entrevistados na Calúcia pode ser observado no gráfico 2, onde é possível perceber que parte significativa dos moradores passaram a morar na Calúcia no intervalo dos últimos dez anos, período que coincide com diminuição do surgimento das ocupações precárias no espaço contíguo da cidade de Castanhal. No que tange ao local de origem dos 24 entrevistados, verificou-se que 13 deles residiam em municípios próximos, e teriam se deslocado para Castanhal em buscar de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Gráfico 2: Calúcia. Tempo de moradia dos entrevistados. 2019



Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.



Este movimento pode ser entendido a partir da análise dos papéis desempenhados por esta cidade no âmbito da rede urbana (RIBEIRO, 2017), exercendo importante centralidade regional em virtude da concentração de equipamentos urbanos e potencial econômico de prestação de serviços e comércio, fatores que tornam esta cidade atrativa a novos moradores.

Todavia, as camadas sociais mais pobres enfrentam sérias dificuldades de acesso à habitação e à moradia de qualidade nesta cidade, haja vista que o avanço do mercado imobiliário para as áreas periféricas da cidade, além de preencher os locais em que antes eram lócus da reprodução das ocupações, tem provocado forte processo de valorização das áreas próximas, dificultando ou até mesmo inviabilizando a inserção dos precariamente incluídos nestes espaços.

Como destaca Monteiro e Veras (2017) a mercantilização da terra urbana e da habitação, assim como a especulação imobiliária, tornaram os espaços da cidade e suas edificações cada vez mais seletivos e com custos elevados, fazendo com que a população de baixa renda dificilmente consiga acessar a este bem por meios financeiros próprios, o que explica o processo de dispersão destes sujeitos para espaços descontínuos à cidade, dando um caráter disperso ao processo de reprodução das ocupações precárias, organizadas no próprio espaço da agrovila e em seus arredores.

Além desses fatores, a própria condição espacial da Calúcia tem favorecido o estabelecimento de novos moradores e o crescimento das ocupações, especialmente por conta dos serviços básicos e do comércio presente na agrovila. Dentre os principais serviços públicos ofertados encontra-se uma escola municipal de educação básica; unidade de saúde; ginásio poliesportivo e o posto da Polícia Militar.

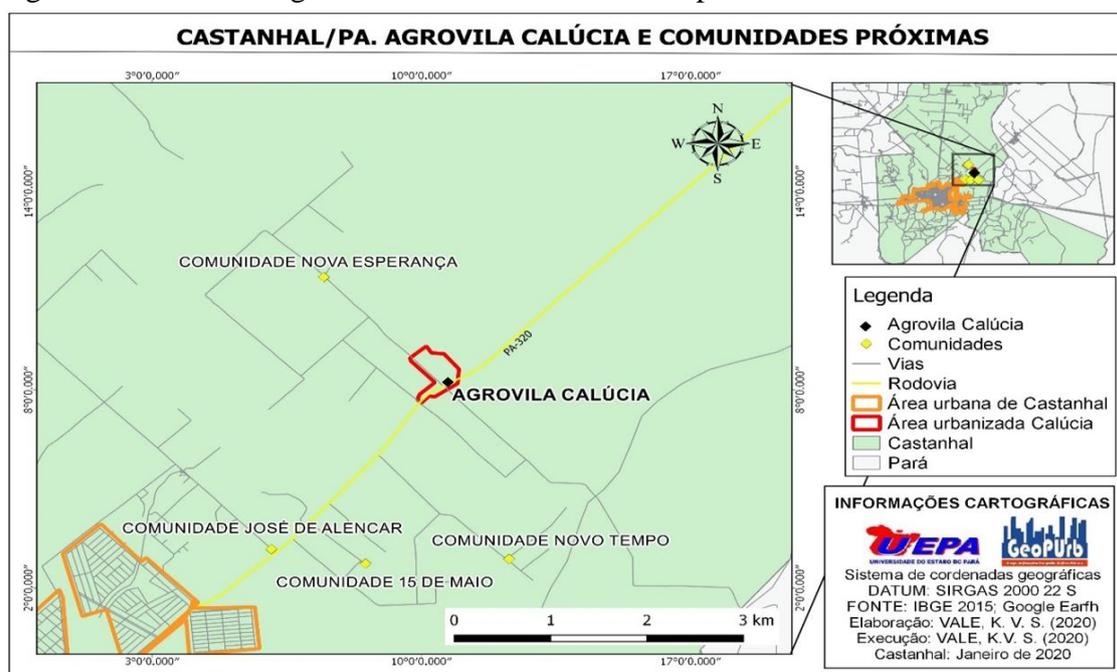
Os comércios, assim como os serviços públicos, mesmo com certos níveis de precariedade, garantem relativa centralidade a este espaço, que atende tanto aos seus moradores, quanto aos residentes das ocupações. Desta forma, a Calúcia tem funcionado como um núcleo de suporte ao crescimento destes espaços, cada vez mais articulados às estruturas da “agrovila”. A relação de dependência destas ocupações com as estruturas disponíveis na Calúcia também é ratificada pelas informações disponibilizadas pela prefeitura (PMC, 2018) no que tange aos dados do estabelecimento de saúde da “agrovila”. A Unidade de Saúde da Família Severina Soares Valente possui cerca de 1.116 mil domicílios cadastrados e atende a aproximadamente 2.879 usuários, oriundos da Calúcia e das quatro ocupações instaladas em suas adjacências.

De modo geral, pode-se inferir que a relação de suporte prestada as ocupações e a entrada de novos sujeitos tem fortalecido a condição de aglomerado deste espaço. Suas características e cotidiano cada vez mais vinculados à cidade (expressa nos movimentos pendulares, tipos de empregos, hábitos de consumo, modos de vida, atividades econômicas etc.) representam um processo de alargamento do tecido urbano de Castanhal, assim como da reprodução da precariedade (RIBEIRO, 2020), condição comum à composição de diversos espaços da sede urbana.

## A PRODUÇÃO PRECÁRIA DO ESPAÇO URBANO NA CALÚCIA

A “agrovila” Calúcia, localizada no eixo da PA-320, porção nordeste do município de Castanhal, apresenta características que a diferenciam de outros espaços ditos rurais e até mesmo em relação as demais agrovilas do município de Castanhal, seja pela relativa proximidade física com a sede municipal, seja pela estruturação física, social e econômica deste espaço. Em suas adjacências encontram-se 4 ocupações nomeadas de Nova Esperança; Novo Tempo, 15 de Maio e José de Alencar as quais dependem diretamente das estruturas e serviços presentes na Calúcia (figura 2).

Figura 2: Castanhal. Agrovila Calúcia e comunidades próximas. 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de trabalho de campo e da PMC (2018)



Para efeitos de análise, considerou-se os pontos de localização da “agrovila” e das ocupações (PMC, 2018), o recorte espacial de áreas urbanizadas do IBGE (2015), e a percepção dos moradores locais para compor a identificação espacial da Calúcia. Vale salientar que, segundo os moradores entrevistados durante a pesquisa, as ocupações não são identificadas como parte integrantes da agrovila, mas como espaços separados que mantem forte relação com a Calúcia.

O perfil socioeconômico dos entrevistados na “agrovila”, mostra que parcela significativa dos moradores entrevistados na Calúcia tem baixo nível de escolaridade, sendo que, 46% deles não concluíram o ensino fundamental. Em relação à profissão, nota-se que o quantitativo de agricultores entrevistados representa apenas 17% do total; 8% são comerciantes locais; 50% dos entrevistados dividem-se entre vínculos empregatícios desenvolvidos na cidade e outras atividades informais. Contudo, o número de pessoas em situação de desemprego chega a 25% dos entrevistados. Além disso, a renda familiar dos moradores não ultrapassou dois salários mínimos mensais, sendo que 50% dos entrevistados apresenta renda de um salário mínimo, enquanto cerca de 8% dos entrevistados recebem por volta de meio salário mínimo por mês.

Dentre os moradores elencados na pesquisa, 33% relataram não ter condições de calcular sua renda mensal por desenvolverem trabalhos informais esporadicamente, cuja remuneração não é regular. Portanto, o trabalho informal, subemprego e até mesmo o desemprego fazem parte da realidade socioeconômica de parte significativa dos moradores entrevistados na Calúcia.

Coforme citado na seção anterior, a Calúcia passou por significativo incremento de sua população recentemente, todavia, parte destes novos moradores instalaram-se na Calúcia por não ter condições financeiras de pagar por uma casa na cidade, por isso, devido ao custo mais barato dos terrenos, optaram por construir suas casas neste espaço. Outros moradores afirmaram ter a necessidade de morar com algum familiar que já residia na agrovila, mesmo que isso inferisse em superlotação das residências, devido a impossibilidade de arcar com os custos de uma habitação. Na figura 2 pode-se observar o processo de autoconstrução das casas ainda em curso na agrovila, exemplificando a situação de produção característica dos grupos sociais precariamente incluídos.

Figura 2: Calúcia. Perspectiva das habitações autoconstuidas na Calúcia. 2020



Fonte: Vale (2020).

Mediante as informações coletadas durante a pesquisa notou-se que a condição financeira dos novos moradores também tem determinado o local em que estes irão residir no interior da agrovila, pois, segundo os entrevistados, áreas situadas nas porções mais centrais da “agrovila” têm passado por constante valorização, devido crescente procura por casas e terrenos.

Deve-se destacar que esta valorização dos espaços mais acessíveis da agrovila tem ordenado o crescimento deste espaço em direção à ocupação Nova Esperança, onde os terrenos são menos visados por conta da distância e pela inadequação da via de acesso, de modo que, a população mais pobre que busca por moradia na Calúcia só tem conseguido ocupar suas bordas, onde as condições de moradia são ainda mais precárias que no restante da agrovila. Não obstante, a entrada de novos moradores no assentamento Nova Esperança tem se tornado cada vez mais frequente, pois, decordo com os entrevistados, os terrenos (provenientes do processo de ocupação) são vendidos à baixo custo, por meio das estratégias de comercialização informal.

Em relação as condições de moradia na Calúcia, pôde-se notar que as infraestruturas presente na localidade são fortemente marcadas pela precariedade, com destaque para a irregularidade do arruamento, ausência de iluminação pública, bem como a falta de pavimentação e manutenção em várias ruas. Tais elementos comprometem o deslocamento dos moradores na da agrovila, especialmente nas vias que dão acesso a ocupação Nova Esperança (Joana D’Arc), o trajeto se torna ainda mais difícil durante o período chuvoso, oferecendo riscos àqueles que nela trafegam. Na figura 3 visualiza-se o trecho da rua Joana D’Arc, na área de expansão recente/precária produzida nos limites da agrovila.



Figura 3: Calúcia. Perspectiva da rua Joana D'Arc, 2020.



Fonte: Vale (2020).

Entretanto, as problemáticas não se reduzem apenas ao aspecto físico das unidades habitacionais, mas também à condição de superlotação. Em diversos casos, os entrevistados citaram que em suas casas residiam mais de seis pessoas, mesmo que as unidades possuíssem dimensões reduzidas e não fossem suficientes para acomodar a todos seus residentes de maneira adequada. Este quadro de precarização, no entanto, não se restringe apenas a essa porção da agrovila (ainda que ela seja mais expressiva que nos demais espaços), foi possível notar que as debilidades de infraestrutura são elementos comuns a maior parte da agrovila.

Os serviços públicos e coletivos ofertados na Calúcia também têm sido negligenciados recentemente, a exemplo da debilidade do sistema de coleta de lixo, que é realizado apenas uma vez por semana, assim como as falhas no abastecimento de água, onde fora relatada a descontinuidade do serviço por conta de falhas técnicas, as quais tiveram de ser reparadas pelos próprios moradores. Os residentes denunciaram ainda o sucessivo desmantelamento dos serviços públicos, devido à falta de manutenção dos prédios; diminuição do repasse de verba e a limitação dos tipos de serviço ofertados na área da educação e da saúde (ainda que a demanda local não tenha diminuído).

Não obstante, a condição de ocupação destes espaços também representa um fator de insegurança aos moradores, pois segundo a Secretaria de Habitação de Castanhal– SEHAB, a maior parte das terras da Calúcia e das ocupações está em situação de irregularidade fundiária, ou seja, os moradores não possuem a titulação das terras que ocupam, o que reforça a condição de ocupação precária desses espaços.

A confluência destas problemáticas interfere de modo negativo no cotidiano da população local e compromete significativamente a qualidade da moradia na Calúcia.



Isto pois, a precariedade do local, em diversas situações, é camuflada ou distorcida pela paisagem aparentemente rural de determinadas áreas da “agrovila”. Então a premissa de que os espaços localizados nas zonas rurais seriam tradicionalmente menos estruturados e equipados que na cidade, passa a ser utilizada como meio de negligenciar as necessidades reais dos moradores da Calúcia. Nesse sentido, a agrovila e as ocupações possuem um elemento a mais de reforço à precariedade se comparada às periferias nas bordas da cidade, qual seja, o imaginário social e o discurso em torno da rusticidade dos espaços não urbanos.

A própria condição de articulação da Calúcia com a sede municipal de Castanhal (a qual possibilita situação de dispersão urbana a esta localidade) se desenvolve sob diversos aspectos, dentre eles: os vínculos de trabalho dos chefes de família, por motivo de estudo, assim como em busca de bens e serviços presentes na cidade; elementos que corroboram com sua condição de espaço disperso (VALE; RIBEIRO, 2021). Todavia, as circunstâncias de deslocamento dos moradores para a cidade se manifestam de forma desigual e contraditória, principalmente para os moradores mais pobre ou que ocupam os espaços mais distantes da Calúcia.

Nas entrevistas os residentes da Calúcia foram questionados se sentiam dificuldades para acessar o centro da cidade, dentre eles, 17 pessoas responderam não ter dificuldades para chegar ao centro da cidade, enquanto 7 moradores afirmaram sentir dificuldades para acessá-lo em razão dos meios de transporte disponíveis, sistemas de transportes coletivo (ônibus urbano) e alternativo (micro-ônibus e vans).

Com base nas repostas obtidas, notou-se também que 14 pessoas alegaram ter suas necessidades de locomoção atendidas pelo transporte alternativo. Quanto aos moradores que afirmaram não estarem satisfeitos com o transporte alternativo, 10 pessoas, foi salientado que nos horários de pico estes transportes ficam superlotados e acabam não atendendo aos moradores. Já em relação ao transporte coletivo, os entrevistados demonstraram estar completamente insatisfeitos com o serviço ofertado.

Naquele momento, notou-se que o número de veículos que faziam esta linha era reduzido e não possuía horário regular. Outro fator negativo é que os ônibus circulavam apenas na rodovia, deixando de adentrar as ruas da “agrovila” e os assentamentos. No caso da ocupação Nova Esperança, localizado a mais de dois quilômetros de distância da “agrovila”, os residentes precisam realizar este deslocamento prévio até PA-230 para utilizar este tipo de transporte.



Pode-se assinalar que a inserção da Calúcia na estrutura urbana de Castanhal se dá de modo precário, pois, ainda que este espaço mantenha articulação com a cidade, os moradores da “agrovila” (especialmente para os mais pobres) enfrentam diversas dificuldades de locomoção, reforçadas pela dispersão. A exemplo daqueles que trabalham na cidade e enfrentam onerosos custos de deslocamento, especialmente por não serem assistidos por um sistema de transporte urbano (ônibus) de qualidade que possibilite a redução destes gastos.

Desta feita, podemos entender a Calúcia como espaço territorialmente descontínuo à malha urbana, mas que mantém relações socioespaciais com a cidade, tornando-a local de absorção das camadas sociais que demandam por acesso à terra e à habitação de menor custo, especialmente àqueles que não conseguiram ter acesso à habitação na cidade através dos mecanismos formais de compra, qual seja, pelo mercado imobiliário privado ou pelo PMCMV.

Para estes sujeitos, morar nesses espaços dispersos consiste em uma forma de resistência e uma estratégia de inclusão precária (MARTINS, 1997). Porém, este processo de desenvolvimento de uma nova inclusão à cidade é permeado por diversas barreiras, como principal delas destaca-se a distância, o que tem demandado um maior esforço por parte dos moradores da Calúcia e das ocupações em relação ao deslocamento para a cidade.

Isto posto, fica claro que com a constituição dessas áreas dispersas, a cidade de Castanhal alcançou um novo patamar de complexidade que agrega novas dificuldades e barreiras à garantia do direito à cidade (LEFEBVRE, 2015), pois, a precariedade, dispersa, porém urbana, é camuflada pelo discurso da rusticidade do campo. Nas bordas da cidade, mesmo vivendo em condições precárias, estes sujeitos eram notados. Agora, com a dispersão, habitando em locais descontínuos à sede municipal, estas pessoas deixam de ser percebidas por aqueles que vivem na cidade, levando a uma invisibilização dos grupos sociais que habitam esses espaços dispersos, bem como de seus problemas e demandas.

Argumentar no sentido da justiça espacial e direito à cidade tem como fundamento a busca por melhores condições de vida para estes sujeitos. Além da minimização das desigualdades socioespaciais existentes (ALVES, 2017), significa advogar pela apropriação das riquezas socialmente produzidas (LEFEBVRE, 2015). O direito à cidade coloca-nos diante da perspectiva de um horizonte utópico, aberto as



possibilidades, daquilo que pode vir a ser. Emerge desse conceito a potencialidade de transformação da realidade que está posta, pois, para Lefebvre (2015, pp. 117-18), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos elementos discutidos durante o texto, pode-se inferir que a desigualdade socioespacial presenciada na cidade de Castanhal, sobretudo no que tange a habitação, tem direcionado os grupos sociais precariamente incluídos que não tiveram acesso à moradia na cidade para locais como a Calúcia, onde haja a possibilidade de desenvolver a ocupação de terras ou mesmo efetuar a compra de terrenos ou casas a partir do mercado informal.

No entanto, vários são os problemas que cercam a moradia nesses espaços dispersos, mesmo na Calúcia é possível identificar problemáticas como a falta de titulação das terras ocupadas, deficiências dos serviços de saneamento básico, fragilidade dos serviços públicos de saúde e educação e principalmente a precariedade das infraestruturas locais.

Por meio deste estudo foi possível identificar que a Calúcia se insere na estrutura urbana de Castanhal a partir do processo dispersão das ocupações precárias e de seu próprio processo de conversão em espaço urbano precário. Nesse sentido, assinalamos que, nos últimos anos, a produção deste espaço tem sido dinamizada por lógicas urbanas, que se manifestam não somente no sentido da modernização do espaço, pelo contrário, também são expressas a partir dos dramas e lutas cotidianas da população mais pobre da cidade, mediante o processo de produção das ocupações precárias.

Com a dinâmica da dispersão, a cidade de Castanhal chega a um novo grau de complexidade, onde novas barreiras são somadas à garantia do direito à cidadã. Uma vez que, as carências e problemáticas vivenciadas diariamente nas ocupações dispersas não são notadas pela maior parte dos moradores da cidade, mesmo fazendo parte da realidade urbana, estes sujeitos passam a ser invisibilizados por conta da dispersão.

Dar visibilidade aos dramas vivenciados nesses espaços assume um papel de grande relevância, pois traz à tona as desigualdades socioespaciais vivenciadas pelos



precariedade incluídos, muitas vezes ocultados nos discursos dominantes, e colocados diante da desafiadora tarefa de pensar os caminhos a serem trilhados na busca pela melhoria das condições de vida daqueles que produzem as ocupações precárias em Castanhal (tarefa essa que não se esgota neste texto, mas enseja reflexões outras).

Neste viés, argumentar em prol de justiça espacial e do direito à cidade tem como fundamento a busca por melhores condições de vida e a minimização das desigualdades socioespaciais existentes (ALVES, 2017), assim, a constante crítica acerca da realidade, torna-se necessária e imprescindível para se fomentar a transformação social da realidade urbana.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. O direito à cidade e a luta pelo devir. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016. **Anais**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016, p. 1-14.

CARRERA, R. V. O.; CARVALHO, A. S.; SILVA, J. C. M.; VALE, K. V. S.; RIBEIRO, W. O. Lado a lado na precariedade: ocupações e empreendimentos da faixa 1 do PMCMV na cidade de Castanhal/PA. In: SILVA, C. N.; DE PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019. p. 207-236.

CATALÃO, I. Dispersão urbana: apontamentos para um debate. **Cidades**, v. 12, n. 21, pp. 108-151, jun. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana. **Geosul** – N° 2 - 2° sem. 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

ÉGLER, E. G. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Julho-Setembro 1961.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

\_\_\_\_\_. **Divisão Urbano Regional**. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociência/Coordenação de Geografia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.



- \_\_\_\_\_. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2015.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MONTEIRO, A. R. VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.
- PINHEIRO, A. de C. L.; PONTE, J. P. X.; VALENTE, A. de M.; LIMA, A. M. de; PINHEIRO, P. Q. F. Assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (Orgs.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.
- PMC – Prefeitura Municipal de Castanhal. Diagnóstico de Castanhal 2017. **Plano Diretor Municipal Participativo do Município de Castanhal**. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, 2018.
- RIBEIRO, W. O. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. 356p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente, 2017.
- \_\_\_\_\_. Belém: urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia** Uberlândia v. 22, n. 80, p. 97-118, abr. 2021
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito a cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, GEU, v.4, n. 6, 2007, pp. 73 -78.
- SANTOS, K. P. **A produção do espaço urbano e vida cotidiana: uma análise nos diferentes assentamentos urbanos em Castanhal-PA**. 154p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA), Belém, 2019.
- SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos: o caminho dos sonhos**. Bragança, 2008.
- SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, núm. 54, 2004, pp. 114-139.
- VALE, K. V. S.; RIBEIRO, W. O. Invisíveis dos confins: a “Agrovila” Calúcia no contexto da dispersão urbana de castanhal/PA. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 15, n. 37, pp. 193-217, jan./abr. 2021.